

Educação e democratização

Movimento por uma Escola Popular (MEP)

1. Vivemos um momento da luta de classes mundial e nacional marcado por uma crise econômica de longa duração, eliminação progressiva de direitos sociais, bem como a ascensão do conservadorismo, do obscurantismo, do liberalismo autoritário e do fascismo. Esse contexto torna fundamental a dimensão estratégica da disputa da hegemonia política, econômica e ideológica nos diversos contextos e espaços. Dimensão que requer mediações no tempo presente fundamentadas sobre o estudo, elaboração e construção de práxis calcadas na noção de “revolução em permanência”, conduzida “dentro e fora da ordem”.

2. Reflexões, proposições e *práxis* que tenham a Escola como objeto – aqui delimitada como instituições públicas e privadas de função escolar, dela excluída as Instituições de Ensino Superior (IES) – em particular reflexões acerca das interações entre Educação e Democratização têm que partir destas referências primárias. Têm que ser capazes de identificar a dimensão estratégica presente nesta relação e caminhos possíveis para uma determinada proposta no campo desta relação.

Escola como espaço de socialização da ciência, da filosofia e da arte

3. A Escola, compreendida como instituição voltada para o processo formativo que se estende da fase escolar inicial aos estudos finais da Educação Básica, deve ser apreendida como contexto e espaço fundamental de acolhimento da ciência, da filosofia e da arte que a humanidade desenvolveu historicamente. A Educação que se desenvolve no contexto e espaço da Escola, por sua vez, tem uma dimensão de socialização, em um processo histórico-social formativo condicionado pelos limites e possibilidades dos mais diversos contextos docentes e estudantis, do patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico que a sociedade desenvolveu ao longo da sua caminhada. A Escola, constituída como contexto e espaço de acolhimento e a Educação, apreendida como processo de socialização, tem que abrigar, disponibilizar e formar com base nesse patrimônio.

4. A Escola na qual se desenvolve uma Educação que seja Democrática tem que ser capaz de socializar o patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade. A Escola que se reproduz sob uma razão instrumental, que circunscreve os processos educativos à instrução normativa instrumental em atendimento às demandas da produção do valor e da reiteração das relações sociais fundadas na desigualdade e na dominação social, anula em grande medida uma dimensão da sua Democratização. Isto porque Educação Democrática passa necessariamente pela conformação da Escola e da Educação como contexto/espaço e processo de socialização desse

patrimônio.

5. A Escola também tem que estar acessível a toda a sociedade e de forma gratuita. A universalização e a gratuidade representam o compromisso de que todos devem ter o direito ao processo de socialização do referido patrimônio e da formação independente e autônoma em relação às demandas da produção do valor e dos processos de reiteração das relações sociais fundadas na desigualdade e na dominação social.

6. A escola, para criar e reproduzir interações positivas entre Educação e Democratização, tem que garantir, do ponto de vista formal e real, a laicidade. Isto é, a formação escolar não pode ser espaço de imposição de determinadas interpretações teológico-metafísicas de mundo, sociedade e homem. Assegurar a laicidade, por sua vez, não representa processos de combate ao universo teológico-metafísico, mas a afirmação da esfera social e humana como precedente a este, no processo formativo que se desenvolve no contexto e espaço escolar.

7. A Escola e a Educação nela desenvolvida devem estar aparelhadas, entre outros, de recursos institucionais, humanos, bibliotecários e informacionais para o acolhimento desse patrimônio e a sua socialização. A luta por Escola e Educação aparelhada de recursos socialmente necessários, suplantando a Escola e Educação minimalista em termos de pessoal, infraestrutura e projeto político-pedagógico, é parte essencial do processo de Democratização.

Escola como espaço de pedagogias e de práticas de gestão emancipadoras

8. A natureza e finalidade da Escola como socializadora do patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade – que se desenvolveu sob estruturas e dinâmicas de desigualdade e conflito social – e como formadora com base em demandas requeridas no presente – fortemente marcada pela produção do valor e da reiteração de relações sociais fundadas na desigualdade e na dominação social – é determinante da internalização da contradição social. Essa internalização a transforma em um contexto e espaço de luta de classes, sob conteúdo e forma de projetos de Escola e de Educação em disputa. Portanto, a contradição, para além de requerer abordagens que ultrapassem concepções reducionistas da Escola como ‘aparelho ideológico de Estado’ e da Escola como ‘instituição reprodutora de violência simbólica’, descortina o fato de que ‘outra Escola’ e ‘outra Educação’ são possíveis, ainda que com limitações impostas pela ordem capitalista e burguesa, no âmbito da qual as disputas de projetos têm curso.

9. A Escola como espaço de Educação e de Democratização tem que romper com processos de

ensino fundamentados em instruções normativas instrumentais que se desenvolvem no espaço escolar, como precipitação de um encadeamento que se estende da institucionalização da educação burguesa nos sistemas públicos e privados de educação à estrutura e dinâmica da Escola. A dimensão política do Ensino que faz frente a estas instruções normativas instrumentais demanda a abordagem crítico-dialética dos conteúdos da ciência, da filosofia e da arte. Ensino desenvolvido como desvendamento do movimento e da contradição com base em uma leitura histórico-social dos objetos e fenômenos estudados. Tal dimensão do ensino permite a confrontação de processos que se voltam para: a produção do valor e a reiteração das relações sociais baseadas na desigualdade e na dominação social; o acesso restrito e direcionado ao patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade; a transformação da estrutura e dinâmica da Escola em instrumentos de subjetivação e naturalização das hierarquias e ordens sociais; o disciplinamento do corpo e das formas de pensar inerentes ao capitalismo e à sociedade burguesa.

10. A dimensão pedagógica do Ensino que rompe com estas instruções normativas instrumentais, por sua vez, tem que potencializar qualidades humanas como as capacidades de autodescoberta do conhecimento, de autonomia na aprendizagem, de criatividade e de ressignificação de conteúdos e formas. São processos pedagógicos que se contrapõem a uma relação vertical entre o professor, polo dinamizador do processo de ensino, e o aluno, reduzido em grande medida à condição de mero receptor. Tais relações comprometem o desenvolvimento das potenciais qualidades humanas. Como resultado, tem-se a atuação automatizada de professores, sob formas importantes de alienação e estranhamento quanto ao seu trabalho; e de alunos, aprisionados em comportamentos passivos e em apropriação mecanicista de conhecimentos e informações expostos a descartes continuados.

11. Portanto, uma dimensão da relação Educação e Democratização passa necessariamente pela ruptura com instruções normativas instrumentais ordenadoras de processos de ensino nas suas dimensões política e pedagógica. A criação e estabelecimento de processos de ensino, fundamentados em abordagem crítico-dialética e em uma relação pedagógica que não se estabeleça como vertical e concentrada em um dos polos da relação, tem que permear um movimento de educação que envolva a contraposição da educação burguesa institucionalizada, a disputa em torno da gestão e diretrizes do ensino e aprendizagem ao nível de cada Escola e a edificação de fundamentos pedagógicos socializados junto aos professores e aos alunos orientados pela perspectiva da emancipação, da educação integrada e da formação *omnilateral*.

12. A Escola, como espaço de Educação e de Democratização, também tem que promover um

funcionamento cotidiano de novo tipo. É fundamental a superação de relações autoritárias pessoalmente centradas e de dinâmicas burocratizadoras das relações internas. Em contrapartida, deve promover relações fundadas na transparência, na construção de planejamentos político-pedagógicos coletivos e na participação das representações políticas dos segmentos internos e da comunidade externa em instâncias que decidem acerca dos rumos da Escola e da Educação nela desenvolvida.

Escola como espaço de afirmação de uma visão crítica do processo histórico

13. A Escola, na perspectiva de um Movimento por uma Escola Popular, tem que convergir a condição de espaço de acolhimento e socialização do patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade com a criação e o estabelecimento de processos de ensino e aprendizagem fundamentados em uma lógica coerente com a Educação fundamentalmente emancipadora, integrada e *omnilateral*. Essa convergência tem que passar necessariamente pela leitura crítica das determinações e formas assumidas pelas relações sociais, historicamente marcadas pela exploração econômica, dominação política e opressão ideológica de classe. Essa leitura ocupa papel decisivo para a edificação da possibilidade de compreensão crítica das próprias relações sociais, criadoras do ser social, no seu presente.

14. A Educação desenvolvida na Escola, quando convergindo os referidos patrimônios e processos de ensino e leitura crítica, lança as bases para a formação de uma sociabilidade antagônica à sociabilidade capitalista-burguesa. Portanto, trata-se de uma sociabilidade alternativa, de caráter popular, posto que apoiada na categoria trabalho como princípio educativo e permeada de elementos sociais, políticos e ideológicos proletários e populares.

Escola como sociedade política e sociedade civil

15. A relação estabelecida entre Educação e Democratização também deve ser abordada com base na leitura crítica acerca das dimensões, relações e formas como a 'sociedade política' (Estado) e a 'sociedade civil' (grupos sociais organizados) estão internalizadas na Escola. Dessa leitura, na perspectiva de um movimento por uma educação popular, deve emergir 'o que deve ser preservado' e 'o que deve ser superado' na dimensão da sociedade política, bem como 'o que deve ser afirmado' e que 'deve ser expurgado' na dimensão de sociedade civil da Escola.

16. A escola possui uma dimensão de sociedade política à medida que está subordinada em diversos níveis e formas ao Estado. A Escola Pública internaliza essa dimensão na medida em que

se reproduz por meio de uma institucionalidade estabelecida e na qual se constitui em uma célula do Estado. A Escola Privada também internaliza essa dimensão, ainda que não se constitua em célula do Estado, posto que também se reproduz por meio de uma institucionalidade estabelecida pela sociedade política.

17. O Movimento por uma Escola Popular tem em vista a criação de um 'Sistema Único de Educação' apoiado em um projeto, diretrizes e parâmetros de uma educação nacional popular construída a partir de movimentos e lutas sociais populares, de um lado, e mantido unicamente por meio de recursos públicos, por outro. Sistema nacionalmente estabelecido, que emerge da interdição da Educação como campo imediato e direto de reprodução do sistema do capital, criado e desenvolvido como educação nacional popular e expresso em termos de projeto, diretrizes e parâmetros. Portanto, a dimensão da sociedade política que se tem em vista conquistar é a institucionalização da educação nacional popular e a ampliação da obrigatoriedade do Estado para com a manutenção integral das condições materiais viabilizadoras de um sistema único de educação.

18. A construção do Sistema Único de Educação, que objetivamente nacionalize e publicize radicalmente a Educação, tem que se fazer acompanhada da superação do controle autocrático que o Estado exerce sobre a Escola e a Educação nela desenvolvida. Aqui reside a dimensão da sociedade política que se pretende retirar da Escola e da Educação mediante a radicalização da sua autonomia institucional sobre as bases anteriormente indicadas. Isto é, o projeto, diretrizes e parâmetros e os recursos públicos necessários que orientarão o Sistema Único de Educação e cada escola pública em particular têm que envolver diretamente processos e instâncias que conjuguem e integrem estruturas de base e de poder decisório por representação previsto no próprio sistema único.

19. A Escola também possui uma dimensão de sociedade civil na medida em que se constitui em um espaço de intervenção político-pedagógica e cultural de uma diversidade de sujeitos sociais socialmente mobilizados e de organizações da sociedade civil. Pode-se elencar, como sujeitos sociais e organizações da sociedade civil, sindicatos de trabalhadores e de patrões, fundações e instituições direta e indiretamente vinculadas a empreendimentos econômicos e políticos, entidades e movimentos de mobilização e de representação estudantil e associação de pais e professores.

20. A consolidação do capitalismo industrial e da hegemonia (econômica, política e ideológica) burguesa, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, foi determinante quanto ao movimento de controle compartilhado entre a sociedade política e a sociedade civil burguesa sobre

a Escola e a Educação nela desenvolvida. O movimento por uma educação popular, dentre outros objetivos, tem em vista a contraposição ao papel e função que as organizações da sociedade civil burguesa exercem sobre a Escola e a Educação, ora mediante políticas e diretrizes encaminhadas por meio de relações com o poder público e sistemas públicos de educação, ora mediante projetos interinstitucionais estabelecidos diretamente entre Escolas e fundações/instituições subvencionadas por bancos e empresas. Assim, o Movimento por uma Escola Popular, para além de lutar pela interdição da Educação como campo imediato e direto de reprodução do sistema do capital, também tem em vista romper com o controle que esse sistema exerce sobre a produção e reprodução da Escola e da Educação nela desenvolvida, em termos políticos, organizativos e pedagógicos, assim como superar a seleção tendenciosa do patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade que interessa ao sistema do capital, a partir das mediações secundárias que esse sistema internaliza das mediações primárias que o Estado desempenha na sociedade.

21. No atual contexto de intensificação da luta de classes mundial e nacional, marcada por uma crise econômica de longa duração, eliminação progressiva de direitos sociais e regressão política e cultural, as classes dominantes e dirigentes procuram, em termos da sociedade política, implementar: redução das dimensões dos sistemas públicos de educação e ampliação dos espaços abertos de reprodução do capital na Educação; subfinanciamento dos sistemas públicos de educação voltado para precarizar o acesso das camadas populares ao patrimônio científico, filosófico, tecnológico, cultural e artístico da humanidade e ampliação dos recursos em favor do capital financeiro e da remuneração da dívida pública; reafirmação do controle autocrático da sociedade política sobre a Escola e a Educação, restringindo espaços democráticos e de participação das organizações da sociedade civil do mundo do trabalho na definição dos seus rumos; militarização das relações político-administrativas e pedagógicas no âmbito da Escola e da Educação, estendendo-se desde as relações autoritário-impositivas das direções das redes públicas de educação à militarização direta das unidades e atividades de ensino mediante o advento da “escola militar”.

22. As classes dominantes e dirigentes também procuram, em termos da atuação das organizações da sociedade civil burguesas, implementar: condução de projetos institucionais sedimentadores da cultura burguesa, como os projetos de empreendedorismo escolar docente e discente; fortalecimento de movimentos político-ideológicos de repressão da autonomia docente, com o “Movimento Escola sem Partido”; construção de relações entre capitais (internacionais, nacionais e locais), elites políticas e partidos, mediante formas que envolvem desde contratação de empresas e consultores vinculados a organismos e instituições patronais que assessoram secretarias públicas de educação até a contratação de indivíduos vinculados a partidos, governos, empresas e dirigentes escolares, como forma de controle da Escola e da Educação que nela se desenvolve.

23. Sob contexto de crise e intensificação da luta de classes, no tocante à Escola e à Educação, presencia-se a sociedade política tendo realçada a sua dimensão coercitiva e as organizações da sociedade civil burguesas promovendo uma ofensiva política e ideológica voltada para a fragmentação do ensino, mas também desenvolvendo uma ação coercitiva a partir da própria sociedade civil, de caráter complementar a ação autocrática de Estado, a exemplo do “Movimento Escola sem Partido” presente na sociedade brasileira.

A atual ofensiva das classes dominantes e do Estado autocrático-burguês contra a educação pública e a contraofensiva dos trabalhadores

24. A compreensão da ofensiva das classes dominantes e do Estado autocrático burguês contra a educação pública brasileira, desencadeada desde os períodos FHC e lulo-petista, requer a identificação de dois elementos. Primeiramente, essa ofensiva tem como fundamento a “teoria do capital humano”, segundo a qual cada criança, cada jovem e cada trabalhador devem ser pensados como fator de produção, isto é, a conversão da inteligência humana em uma peça da engrenagem da produção ao lado de instalações, máquinas e matérias primas. Esta teoria subsidia: a intervenção do Banco Mundial, da Usaid e da Fundação Ford na América Latina e no Brasil; as proposições da Fiesp, da CNA, da Abag para a educação brasileira; a construção do movimento ‘Todos pela Educação’, elaborando cartilhas, projetos educativos, convênios e telecursos, mediante elaboração acerca da educação, estabelecimento de contatos e aliados na iniciativa privada e no setor público para implementar políticas e projetos, e livre trânsito no sistema de mídia.

25. O movimento ‘Todos pela Educação’ ocupa um lugar especial na implementação da “teoria do capital humano”, posto que, articulando o capital internacional mediante Banco Mundial e as diversas frações do capital interno por meio de fundações e institutos, se consolidou como uma espécie de intelectual coletivo dissimulado do capital, que identifica, apresenta e representa uma suposta “vontade nacional” no que tange à educação, propondo: reformas no ensino médio; reiteração do dualismo estrutural presente na educação brasileira; sistemas de avaliação e desempenho que condicionam o acesso a recursos públicos empregados nos salários dos professores e na escola; parceria público-privada na implementação de políticas e projetos de educação; formação de professores sob referencial ético-político neoliberal; programas e projetos de empreendedorismo, etc. São proposições sobredeterminadas por processos como o de reposicionamento do país na divisão internacional do trabalho em termos de padrão de acumulação e de reestruturação produtiva.

26. Em segundo lugar, essa ofensiva também tem como fundamento a desarticulação de processos que têm em vista a transformação do espaço e relações sociais presentes na Escola em direção à

emancipação da classe trabalhadora. Isto é, visam fazer frente aos avanços obtidos pela Escola no sentido da redução do controle e da influência que a sociedade política (Estado) e a sociedade civil (grupos sociais organizados) burguesa exercem sobre ela, mediante a ampliação da atuação das organizações da sociedade civil identificadas com a política e cultura fundamentados na emancipação da classe trabalhadora.

27. Deve-se ter claro que a perspectiva politécnica é o centro articulador da contraposição à teoria do capital humano e à reiteration/reafirmção da Escola como sociedade política e/ou sociedade civil subordinada ao sistema do capital. Como ponto de partida é fundamental a construção de um pensamento educacional crítico emancipatório, compreendido como parte integrante do processo de construção e afirmação hegemônica da estratégia dos trabalhadores calcada na perspectiva de uma sociedade democrática e amparada no poder popular, alternativa à capitalista e burguesa, capaz de articular políticas apropriadas a cada conjuntura de modo articulado à essa perspectiva de sociedade.

28. A transformação social e a construção de um poder que se caracterize como popular deve se fazer presente em todos os contextos e espaços como parte do processo de disputa de hegemonia política, econômica e ideológica. Tem-se a compreensão de que processos de acumulação na modificação da correlação de forças sociais, na complexa sociedade brasileira, demandarão a criação de um contexto de resistência orgânica aos poderes e ordenamentos sociais, desenvolvidos “dentro da ordem social”, isto é, nos marcos jurídico-políticos vigentes. Mas também a imposição de dualidades de poder e a criação de novos tipos de poder e de ordenamentos sociais que se darão “fora” da ordem social. Acumulação que culminará em rupturas qualitativas, edificando um poder popular e as condições de transição para uma nova ordem e efetivo direcionamento social pela classe trabalhadora.

29. A noção de “revolução em permanência”, que articula movimentos e lutas “dentro e fora da ordem”, internaliza uma perspectiva de transformação social e de poder que está para além de uma perspectiva de aguardo de uma crise catastrófica do capitalismo e/ou de um dia “D” de insurgência social transformadora. De fato, a compreensão do processo de transformação social, que para além de crises estruturais orgânicas do capitalismo e de insurgências sociais, envolve diretamente estruturas sociais contra-hegemônicas de poder e de ordenamentos sociais, que ampliem e potencializem condições determinantes da disputa de hegemonia e da transformação social, em articulação com a noção de poder popular, é um elemento central do Movimento por uma Educação Popular. Esta é a dimensão que concorre decisivamente para que esse movimento vá para muito além da agitação e propaganda puramente formal de um projeto de educação popular, de

levantamento e agitação de bandeiras de luta em defesa da Educação e de agremiação de militantes e simpatizantes por meio de coletivos vinculados a partidos e organizações políticas. Trata-se de um movimento voltado para a disputa da Educação em seu movimento integral, de totalidade; portanto, desde a disputa do projeto nacional, na perspectiva da afirmação do projeto nacional popular de educação, chegando mesmo à conformação de formas de dualidade de poderes em nível da gestão e do ensino em curso em cada unidade escolar.

30. A afirmação do pensamento educacional crítico emancipatório, como expressão da nova estratégia política hegemônica na classe trabalhadora, tem de ser orientada pelos seguintes eixos: i. A defesa da escola pública, gratuita, laica, de qualidade e unitária, sendo este último elemento demarcador dos dualismos educacionais e de processos educativos que mitigam a resignificação do trabalho e o lugar da escola/universidade pública como lugar da classe trabalhadora; ii. A elaboração de concepções e projetos como *práxis*, em contraposição às formações calcadas nas competências orientadas para o mercado, que materializam a “teoria do capital humano”; iii. A transformação do pensamento educacional crítico emancipatório e toda a diversidade de experiências desenvolvidas nos mais diversos espaços escolares, conjugando transformação social e educação, na perspectiva da sua afirmação como uma vontade nacional popular.